

RELATÓRIO E CONTAS

PROGARANTE
Sociedade de Garantia Parcial de Crédito, SA

Ano Económico 2022

Maio 2023

FICHA TÉCNICA

Identificação:

Relatório e contas da PRÓGARANTE – Sociedade de Garantia Parcial de Crédito, S.A, para o ano económico de 2022.

Objetivo:

O presente relatório apresenta as contas da PRÓGARANTE S.A para o ano económico de 2022. Através das demonstrações financeiras da instituição o documento proporciona informação acerca da posição financeira e do desempenho das atividades realizadas, visando suportar de forma ajustada a tomada de decisão dos órgãos de gestão e ainda fornecer, às entidades responsáveis pela sua monitorização e fiscalização, dentre os quais citam-se o Banco de Cabo Verde, elementos conclusivos para a avaliação e averiguação da regularidade das atividades realizadas pela instituição.

Metodologia:

Para a elaboração das contas anuais da PRÓGARANTE S.A realizou-se a análise de dados primários gerados pela própria instituição, os quais tiveram sua recolha contínua ao longo do ano e seu devido arquivo em formato físico e digital nas bases de dados mantidas por este organismo. O tratamento dos dados analisados fez recurso ao software informático contabilístico PRIMAVERA V10. A interpretação dos dados avaliados fez observação às principais demonstrações financeiras de relatocontabilístico, nos quais incluem-se, entre outros:

- Demonstração da Posição Financeira (DPF)
- Demonstração dos resultados (DR)
- Demonstração de Fluxos de Caixa (DFC)
- Demonstração de alteração no Capital Próprio (DACP)

Antónia Maria Resende Cardoso

Presidente do conselho de Administração – PRÓGARANTE - Sociedade de Garantia Parcial de Créditos, S.A



Índice

FICHA TÉCNICA	1
Identificação:	1
Objetivo:	1
Metodologia:	1
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	2
..... Erro! Marcador não definido.
Nota 0 – Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras	7
a) Referencial contabilístico.....	7
b) Classificação dos ativos e passivos não correntes	Erro! Marcador não definido.
c) Passivos financeiros.....	10
d) Eventos subsequentes	10
e) Derrogação das disposições do SNCRF	Erro! Marcador não definido.
NOTA 1 – Principais políticas contabilísticas	10
1.1. Conversão de saldos e transações em moeda estrangeiras	10
1.2. Instrumentos financeiros.....	11
1.3. Outros ativos fixos tangíveis	12
1.4. Outros Ativos intangíveis	13
1.5. Imparidade de ativos	14
1.6. Caixa e disponibilidades	15
1.7. Impostos sobre lucros.....	15
1.8. Provisões.....	16
1.9. Benefícios dos Empregados	16
1.10. Gestão de riscos.....	17
1.11. Estimativas e julgamentos	20
1.12. Fluxos de Caixa	Erro! Marcador não definido.
NOTA 2 – Caixa e disponibilidades em outras instituições de crédito	20
NOTA 3 – Aplicações em instituições financeiras	21
NOTA 4 – Devedores e outras aplicações	22
NOTA 5 – Outros ativos tangíveis e intangíveis	23



NOTA 6 – Ativos com acordo de recompra.....	23
NOTA 7 – Ativos financeiros detidos para negociação.....	23
NOTA 8 – Ativos financeiros ao custo amortizado	24
NOTA 9 – Ativo por imposto sobre o rendimento/ Ativo por imposto corrente e passivo por imposto corrente.....	25
NOTA 10 – Rendimentos a receber.....	26
NOTA 11 – Credores e outros recursos.....	27
NOTA 12 – Provisões	28
NOTA 13 – Outros Passivos.....	30
NOTA 14 – Capital	30
NOTA 15 – Juros e rendimentos Similares	31
NOTA 16 – Outras comissões recebidas	32
NOTA 17 – Outros rendimentos e receitas operacionais	32
NOTA 18 – Gastos gerais administrativos	33
NOTA 19 – Gastos com pessoal.....	34
NOTA 20 –Resultado por ação básico.....	35
NOTA 25 – Partes relacionadas.....	35
NOTA 26 – Responsabilidades e compromissos financeiros não incluídos no Balanço.....	35
NOTA 27 – Divulgações exigidas por diplomas legais.....	36
NOTA 28 – Eventos subsequentes	36

LISTA DE ACRÓNIMOS E ABREVIAÇÕES

BL	Balanço
DRN	Demonstração de Resultados por Natureza
CVE	Escudos cabo-verdianos
SNCRF	Sistema de Normalização Contabilístico e de Relato Financeiro
NIRF	Normas Internacionais de Relato financeiro
IAS	Internacional Accounting Standard (Normas Internacionais de Contabilidade)

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PRÓGARANTE - SOCIEDADE DE GARANTIA PARCIAL DE CRÉDITOS, S.A
Sede: Edifício BAI Center - Rotunda Chã D'Areia - Praia - Cabo Verde
NIF: 380934302

DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 31 DE DEZEMBRO DE 2021 (Valores expressos em milhares de escudos - mESC)

Rubricas	Notas	Data de referência		
		31-12-2022 Valores	31-12-2021 Apresentado	31-12-2021 Reexpresso
ATIVO				
Disponibilidade em outras instituições de crédito	2	756.537	297.410	1.045.679
Aplicações em instituições financeiras	3	851.953	480.000	480.000
Devedores e outras aplicações	4	-	19.283	19.283
Outros activos tangíveis	5	7.663	3.431	3.431
Outros activos intangíveis		371	371	371
Ativos com acordo de recompra	6	-	748.269	-
Ativos financeiros detidos para negociação	7	-	42.292	42.292
Ativos financeiros ao custo amortizado	8	740.000	-	740.000
Ativos por imposto sobre o rendimento	9	-	3.275	-
Ativos por imposto corrente	9	-	1.819	-
Rendimentos a receber	10	-	24.534	16.075
Despesas com encargo diferido		-	68	68
Outros ativos	11	40.209	8.871	8.871
		2.396.734	1.629.623	2.356.070
PASSIVO				
Passivos por impostos correntes	9	2.774	3.599	3.599
Credores e outros recursos	12	-	570.476	1.302.017
Provisões	13	19.198	9.247	9.247
Receitas com rendimento diferido		-	340	340
Outros passivos	14	715.269	966	966
		737.241	584.628	1.316.169
CAPITAL				
Capital	15	1.550.000	966.414	966.414
Reserva legal e resultados transitados		39.104	15.478	15.478
Outros instrumentos de capital		28.441	28.441	28.441
Resultado do exercício	21	41.947	34.663	29.568
		1.659.492	1.044.995	1.039.901
		2.396.734	1.629.623	2.356.070

O Contabilista certificado

Éder Patrick Cardoso Lisboa



Inscrito na OPACC

Cédula Profissional nº 0483

NIF: 109457927

O Conselho de Administração,

Presidente

Antónia Maria Resende Cardoso

Administrador Executivo

Andrés Rodolfo Bernal Espinosa

Administrador Não Executivo

Edney Samir Sanches Cabral

PRÓGARANTE - SOCIEDADE DE GARANTIA PARCIAL DE CRÉDITOS, S.A

Sede: Edifício BAI Center - Rotunda Chã D'Areia - Praia - Cabo Verde

NIF: 380934302

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 1 DE JANEIRO DE 2022 E 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E

1 DE JANEIRO DE 2021 E 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Valores expressos em milhares de escudos - mESC)

Rubricas	Notas	Período		
		2022		2021
		Valores	Apresentado	Reexpresso
Juros e rendimentos similares	16	46.210	36.328	36.328
Juros e encargos similares		(2.861)	(1.431)	(1.431)
		43.349	34.898	34.898
Outras comissões recebidas	17	22.212	29.228	29.228
Outros rendimentos e receitas operacionais	18	35.097	27.165	27.165
Outros encargos e gastos operacionais		(1.042)	-	-
Outros resultados de exploração	20	5.940	-	-
		105.555	91.290	91.290
Gastos gerais administrativos	19	(34.612)	(36.209)	(36.209)
Gastos com pessoal	20	(9.611)	(8.175)	(8.175)
Outros gastos		(5)	(2)	(2)
Gastos/Reversões de depreciação e Amortizações	5	(1.303)	(997)	(997)
Provisões líquidas de Reposição e Anulações	13	(9.951)	(8.090)	(8.090)
Reversões de Provisões líquidas de Reposição e Anulações		-	444	444
		50.073	38.261	38.261
Resultado antes de Impostos				
Imposto sobre o rendimento do período	9	(8.125)	(3.599)	(8.693)
		41.947	34.663	29.568
Resultado Líquido	21			

O Contabilista certificado

Éder Patrick Cardoso Lisboa



Inscrito na OPACC

Cédula Profissional nº 0483

NIF: 109457927

O Conselho de Administração,

Presidente

Antónia Maria Resende Cardoso

Administrador Executivo

Andrés Rodolfo Bernal Espinosa

Administrador Não Executivo

Edney Salim Sanches Cabral

Relatório e Contas: Ano Económico 2022

PRÓGARANTE - SOCIEDADE DE GARANTIA PARCIAL DE CRÉDITOS, S.A.
Sede: Edifício BAI Center - Rotunda Chã D'Areia - Praia - Cabo Verde
NIF: 380934302

DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL
PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 1 DE JANEIRO DE 2022 E 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E
1 DE JANEIRO DE 2021 E 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Valores expressos em milhares de escudos - mESC)

Rubricas	Notas	Período		
		2022	2021	2021
	Valores	Apresentado	Reexpresso	
Resultado Líquido do exercício	21	41.947	34.663	29.568
Reavaliação de ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral		-	-	-
Rendimento Integral		41.947	34.663	29.568

O Contabilista certificado
 Éder Patrick Cardoso Lisboa



Inscrito na OPACC
 Cédula Profissional nº 0483
 NIF: 109457927

O Conselho de Administração,
 Presidente

Antónia Maria Resende Cardoso

Administrador Executivo

Andrés Rodolfo Bernal Espinosa

Administrador Não Executivo

Edney Sámi Sanches Cabral

PRÓGARANTE - SOCIEDADE DE GARANTIA PARCIAL DE CRÉDITOS, S.A
Sede: Edifício BAI Center - Rotunda Chã D'Areia - Praia - Cabo Verde
NIF: 380934302

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA
PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 1 DE JANEIRO DE 2022 E 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E
1 DE JANEIRO DE 2021 E 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Valores expressos em milhares de escudos - mESC)

Rubricas	Notas	PERÍODO		
		2022 Valores	2021 Apresentado	2021 Reexpresso
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Recebimentos de clientes		11.986	20.900	20.900
Pagamentos a fornecedores		(6.262)	(5.175)	(5.175)
Pagamentos ao pessoal		(9.756)	(2.356)	(2.356)
		(4.031)	13.368	13.369
Caixa gerada pelas operações				
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		(8.950)	(6.403)	(6.403)
Outros recebimentos/pagamentos		21.710	304.747	304.747
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		8.728	311.712	311.712
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO				
Pagamentos respeitantes a:				
Outros Ativos tangíveis		(5.537)	(28)	(28)
Investimento financeiro		(342.301)	(510.000)	(510.000)
Recebimentos provenientes de:				
Investimento financeiro		48.861	330.389	1.078.658
Juros e rendimentos similares		1.107	14.611	14.611
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		(297.871)	(165.028)	583.242
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Recebimentos provenientes de:				
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio		-	-	-
Recursos de outras instituições financeiras		-	380.971	380.971
Pagamentos respeitantes a:				
Juros e gastos similares		-	(3.555)	(3.555)
Outras operações de financiamento		-	(250.000)	(250.000)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		-	127.416	127.416
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		(289.142)	274.100	1.022.370
Caixa e seus equivalentes no início do período - Reexpresso		1.045.679	23.309	23.309
Caixa e seus equivalentes no fim do período	2	756.537	297.410	1.045.679

O Contabilista certificado

Éder Patrick Cardoso Lisboa



Inscrito na O PACC

Cédula Profissional nº 0483

NIF: 109457927

O Conselho de Administração,

Presidente

Antónia Maria Resende Cardoso

Administrador Executivo

Andrés Rodolfo Belnal Espinosa

Administrador Não Executivo

Edney Samir Sanches Cabral

PRÓGARANTE - SOCIEDADE DE GARANTIA PARCIAL DE CRÉDITOS, S.A
 Sede: Edifício BAI Center - Rotunda Chã D'Areia - Praia - Cabo Verde
 NIF : 380834302

DEMONSTRAÇÃO DE ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO
PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 1 DE JANEIRO DE 2022 E 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E
1 DE JANEIRO DE 2021 E 31 DE DEZEMBRO DE 2021
 (Valores expressos em milhares de escudos - mESC)

DESCRIÇÃO	Natas	Capital realizado	Outros instrumentos de capital	Reserva legal e resultados transitados	Resultado líquido do período	Total do capital próprio
POSIÇÕES NO INÍCIO DO PERÍODO DE 2021	1	966.414	-	15.478	-	981.892
ALTERAÇÕES REFERENTES A RENDIMENTOS E GASTOS RECONHECIDOS NO PERÍODO						
Resultado líquido do período				28.441	-	29.568
Outras alterações reconhecidas no capital próprio				28.441	-	28.441
RESULTADO EXTENSIVO	2	-	-	-	29.568	58.009
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO						
Aluguel de Capital						
3	-	-	-	-	-	-
OUTRAS OPERAÇÕES						
Aplicação dos Resultados do período anterior						
4	-	-	-	-	-	-
POSIÇÕES NO FIM DO PERÍODO DE 2021 REEXPRESSO	1 + 2 + 3 + 4	15	966.414	28.441	15.478	29.568
POSIÇÕES NO INÍCIO DO PERÍODO DE 2022	1	15	966.414	28.441	15.478	29.568
ALTERAÇÕES REFERENTES A RENDIMENTOS E GASTOS RECONHECIDOS NO PERÍODO						
Resultado líquido do período						
Outras alterações reconhecidas no capital próprio						
RESULTADO EXTENSIVO	2	-	-	-	41.947	41.947
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO						
Aluguel de Capital						
3	583.586	-	(5.942)	(5.942)	-	577.644
OUTRAS OPERAÇÕES						
Aplicação dos Resultados do período anterior						
4	-	-	-	-	29.568	(29.568)
POSIÇÕES NO FIM DO PERÍODO DE 2022	1 + 2 + 3 + 4	15	1.550.000	28.441	39.104	41.947
O Contabilista certificado						
Éder Patrick Cardoso Lisboa						
						
NIF 289 846 156						
Inscrito na OPACC						
Cédula Profissional Ins 0483						
NIF: 10945 7927						
O Conselho de Administração,						
Presidente						
						
Antónia Maria Resende Cardoso						
Administrador Executivo						
						
André Rondô Bernál Espírito						
Administrador Não Executivo						
						
Edney Samir Sanches Cadral						

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

Nota introdutória

A PRÓGARANTE – Sociedade de Garantia Parcial de Créditos, S.A (doravante designada por PRÓGARANTE ou Sociedade) é uma sociedade anónima, constituída em 15 de junho de 2018, sendo o início de atividade em maio de 2019.

A PRÓGARANTE tem por objeto prestar garantias a instituições financeiras, conceder garantias de carteiras de linhas de créditos especiais, prestar contragarantias a operações de outras instituições financeiras, administrar em nome de terceiros fundos de garantias que visam a melhoria do acesso ao financiamento e apoiar o alargamento da oferta e disseminação de outros instrumentos financeiros.

A PRÓGARANTE tem como finalidade geral facilitar o acesso ao financiamento de Micro, Pequenas e Médias Empresas (MPME) Cabo-verdianas, através da concessão de garantias de maneira a promover a expansão deste setor empresarial e, assim, impulsionar o desenvolvimento sustentável da economia nacional.

A PRÓGARANTE tem sede na cidade da Praia, síta em Chã d'Areia, República de Cabo Verde.

Nota 0 – Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

a) Referencial contabilístico

As demonstrações financeiras da Sociedade foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (NIRF ou IFRS), em vigor a 1 de janeiro de 2022, nos termos do Aviso nº 2/2007, de 19 de novembro, emitido pelo Banco de Cabo Verde. A fim de facilitar a sua leitura, os valores apresentados no presente Anexo encontram-se expressos em milhares de Escudos (mESC).

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com as IFRS requer o uso de estimativas, pressupostos e julgamentos críticos no processo da determinação das políticas contabilísticas a adotar pela Sociedade, com impacto significativo no valor contabilístico dos ativos e passivos, assim como nos rendimentos e gastos do período. Apesar de estas estimativas serem baseadas na melhor experiência da Administração e nas suas melhores expectativas em relação aos eventos e ações correntes e futuras, os resultados atuais e futuros podem diferir destas estimativas. As áreas que envolvem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou áreas em que os pressupostos e as

estimativas sejam significativas são apresentadas na Nota 1.14.

Comparabilidade da informação apresentada

No exercício de 2022 a Sociedade procedeu à análise (i) dos registos contabilísticos efetuados em anos anteriores relacionados com o contrato de REPO (contrato de venda com acordo de recompra dos Títulos de Tesouro), (ii) do registo do Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Coletivas (IRPC) do exercício de 2021 e (iii) dos movimentos evidenciados na Demonstração de alterações do capital próprio, tendo efetuado diversas regularizações. Em função deste facto, a Sociedade reexpressou os comparativos de 2021, como segue:

	mESC		
	31-12-2021 Apresentado	31-12-2021 Reexpresso	Diferença
Balanço			
Ativo:			
Disponibilidade em outras instituições de crédito (ver Nota 2)	297.410	1.045.679	(748.269)
Ativos com acordo de recompra (ver Nota 6)	748.269	-	748.269
Ativos financeiros ao custo amortizado (ver Nota 8)	-	740.000	(740.000)
Ativos por imposto sobre o rendimento (ver Nota 9)	3.275	-	3.275
Ativo por imposto corrente (ver Nota 9)	1.819	-	1.819
Rendimentos a receber (ver Nota 10)	24.534	16.075	8.459
Passivo:			
Credores e outros recursos (ver Nota 12)	570.476	1.302.017	(731.541)
Capital próprio:			
Resultado do exercício (ver Nota 21)	34.663	29.568	5.094
Demonstração dos resultados por naturezas			
Imposto sobre o rendimento do período (ver Nota 9)	(3.599)	(8.693)	5.094
Demonstração de fluxos de caixa			
Fluxos de caixa das atividades de investimento (ver Nota 2)	(165.028)	583.242	(748.269)
Demonstração de alterações no capital próprio			
Capital realizado	-	28.441	(28.441)
Outros instrumentos de capital	994.855	966.414	28.441

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração, para divulgação em 18 de maio de 2023.

As políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras a 31 de dezembro de 2022 são consistentes com as seguidas na preparação das demonstrações financeiras a 31 de dezembro de 2021, exceto para a adoção de novas normas aplicáveis em ou após 1 de janeiro de 2022:

1. Novas normas, alterações às normas efetivas a 1 de janeiro de 2022

<ul style="list-style-type: none"> • IFRS 16 – Bonificações de rendas relacionadas com a COVID-19 após 30 de junho de 2021 	Extensão do período de aplicação da isenção na contabilização das bonificações atribuídas pelos locadores relacionadas com a COVID-19, como modificações à locação, até 30 de junho de 2022
<ul style="list-style-type: none"> • IAS 16 – Rendimentos obtidos antes da entrada em funcionamento 	Proibição da dedução do rendimento obtido com a venda de itens produzidos durante a fase de testes, ao custo de aquisição dos ativos fixos tangíveis
<ul style="list-style-type: none"> • IAS 37 – Contratos onerosos – custos de cumprir com um contrato 	Clarificação sobre a natureza dos gastos a considerar para determinar se um contrato se tornou oneroso
<ul style="list-style-type: none"> • IFRS 3 – Referências à Estrutura conceptual • Ciclo de Melhorias 2018 – 2020 	<p>Atualização às referências para a Estrutura Conceptual e clarificação sobre o registo de provisões e passivos contingentes no âmbito de uma concentração de atividades empresariais</p> <p>Alterações específicas e pontuais à IFRS 1, IFRS 9, IFRS 16 e IAS 41</p>

Estas normas e alterações não tiveram impactos materiais nas demonstrações financeiras da PRÓGARANTE.

2. Normas (novas e alterações) que se tornam efetivas, em ou após 1 de janeiro de 2023

<ul style="list-style-type: none"> • IAS 1 – Divulgação de políticas contabilísticas 	Requisito de divulgação de políticas contabilísticas “materiais”, em detrimento de políticas contabilísticas “significativas”
<ul style="list-style-type: none"> • IAS 8 – Divulgação de estimativas contabilísticas 	Definição de estimativa contabilística. Clarificação quanto à distinção entre alterações de políticas contabilísticas e alterações de estimativas contabilísticas
<ul style="list-style-type: none"> • IFRS 17 – Contratos de seguro 	Nova contabilização para os contratos de seguro, contratos de resseguro e contratos de investimento com características de participação discricionária nos resultados, em termos de agregação, reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação
<ul style="list-style-type: none"> • IFRS 17 – Aplicação inicial da IFRS 17 e IFRS 9 - Informação Comparativa 	Esta alteração permite evitar desfasamentos contabilísticos temporários entre ativos financeiros e passivos de contratos de seguro na informação comparativa apresentada, na aplicação da IFRS 17 pela primeira vez. Esta alteração permite a aplicação de um “overlay” na classificação de um ativo financeiro, para o qual a entidade não atualize as informações comparativas do IFRS 9.

- | | |
|--|---|
| <ul style="list-style-type: none">IAS 12 - Imposto diferido relacionado com ativos e passivos associados a uma única transação | Exigência de reconhecimento de imposto diferido sobre o registo de ativos sob direito de uso/ passivo da locação e provisões para desmantelamento / ativo relacionado, quando o seu reconhecimento inicial dê lugar a valores iguais de diferenças temporárias tributáveis e diferenças temporárias dedutíveis, por não serem relevantes para efeitos fiscais |
|--|---|

b) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados de acordo com a substância contratual independentemente da forma legal que assumam.

c) Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são refletidos nas demonstrações financeiras. Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

NOTA 1 – Principais políticas contabilísticas

As políticas contabilísticas mais significativas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras, foram as seguintes:

1.1. Conversão de saldos e transações em moeda estrangeiras

As Demonstrações Financeiras da PRÓGARANTE são apresentadas em milhares de Escudos (mESC) sendo esta moeda funcional e de apresentação. As transações em moeda estrangeira são transpostas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio prevalecentes à data da transação.

Os ativos e passivos expressos em moeda estrangeira são convertidos em Escudos de Cabo Verde (CVE) ao câmbio médio do Banco no último dia útil de cada mês.

Os ganhos ou perdas cambiais resultantes das transações em moeda estrangeira, bem como da conversão de taxa de câmbio à data de balanço dos ativos e passivos monetários, denominados em moeda estrangeira, são reconhecidos no período em que ocorrem, em função do efeito que têm sobre a posição cambial que é reavaliada diariamente com base no câmbio “fixing” do dia, na demonstração dos resultados na rubrica “Resultado de reavaliação cambial” se relacionados com empréstimos, ou em “Outros gastos ou perdas operacionais” para todos os outros saldos/transações.

1.2. Instrumentos financeiros

A classificação, reconhecimento inicial e mensuração subsequente de acordo com a IFRS 9 - Instrumentos financeiros, os ativos financeiros podem ser classificados em três categorias com diferentes critérios de mensuração (custo amortizado, justo valor através dos resultados e justo valor através do outro rendimento integral).

Os instrumentos financeiros da PRÓGARANTE são mensurados ao custo amortizado dado que são geridos sob um modelo de negócio "detido para cobrar", ou seja, o objetivo inerente ao modelo de negócio é alcançado através da cobrança dos respetivos fluxos de caixa contratuais, sendo que estes apresentam fluxos de caixa que representam apenas capital e juros.

Ativos financeiros ao custo amortizado

São ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis, que inclui valores a receber de outras instituições de crédito e outros saldos a receber registados em "Outros ativos". Inclui ainda os títulos de dívida e obrigações de tesouros que foram adquiridos pela PRÓGARANTE, essencialmente, para detenção à maturidade.

No reconhecimento inicial, estes ativos são registados ao justo valor, deduzido de eventuais comissões incluídas na taxa efetiva, e acrescido de todos os custos incrementais diretamente atribuíveis à transação. Subsequentemente, estes ativos são mensurados em balanço ao custo amortizado, pela aplicação do método da taxa de juro efetiva, deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Alterações na avaliação do modelo de negócio

Os ativos financeiros não são reclassificados após o seu reconhecimento inicial. No entanto, caso ocorra uma alteração no modelo de negócios de gestão de determinados ativos, a PRÓGARANTE classificará os novos ativos gerados ou adquiridos de acordo com o novo modelo de negócios, mas manterá a classificação dos ativos existentes à data da alteração de acordo com o modelo de negócios anterior.

Reconhecimento e despreconhecimento

As aquisições de ativos financeiros são reconhecidas na data da sua negociação ("trade date"), ou seja, na data em que a Sociedade se compromete a adquirir esses ativos financeiros.

Os ativos financeiros são despreconhecidos quando a) expiram os direitos contratuais da Sociedade ao recebimento dos seus fluxos de caixa futuros, b) a Sociedade tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção ou c) não obstante, retenha parte, mas não substancialmente, dos riscos e benefícios associados à sua detenção, tenha transferido o controlo sobre os ativos.

11
d
f
se

Reconhecimento de juros

Os juros são reconhecidos com base no método da taxa efetiva, que permite calcular o custo amortizado e repartir os juros ao longo do período das operações. A taxa efetiva corresponde à taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro (ou, quando apropriado, por um período mais curto) para o valor líquido atual de balanço do ativo ou passivo financeiro.

Os resultados referentes a juros de instrumentos financeiros ativos e passivos mensurados ao custo amortizado são reconhecidos nas rubricas de juros e rendimentos similares ou juros e encargos similares (margem financeira), pelo método da taxa de juro efetiva.

As responsabilidades por garantias prestadas e compromissos irrevogáveis são registadas em rubricas extrapatrimoniais pelo valor em risco, sendo os fluxos de juros, comissões ou outros proveitos registados em resultados ao longo do período de vigência dessas operações.

Operações de Recompra

Títulos vendidos com acordo de recompra por um preço fixo ou por um preço que iguala o preço de venda acrescido de um juro inerente ao prazo da operação não são desreconhecidos do Balanço. O correspondente passivo é contabilizado em valores a pagar, conforme apropriado. A diferença entre o valor de venda e o valor de recompra é tratada como juro e é diferida durante a vida do acordo, através do método da taxa efetiva.

1.3. Outros ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são registados ao custo de aquisição, deduzidos das depreciações e perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição inclui o preço de compra do ativo, as despesas diretamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a sua colocação em condições de utilização.

Os custos subsequentes incorridos com renovações e grandes reparações, que se traduzam no aumento da vida útil, ou da capacidade de gerar benefícios económicos dos ativos são reconhecidos no custo do ativo.

As beneficiações construídas em propriedade de terceiros são capitalizadas enquanto ativos fixos tangíveis, sendo depreciadas entre o menor da sua vida útil, e o período de tempo expectável de ocupação destas propriedades pela empresa.

A empresa estima o valor residual dos ativos fixos tangíveis em zero, uma vez que a expectativa da Gestão é utilizar os ativos pela totalidade da sua vida económica.

Os ganhos ou perdas na alienação dos ativos são determinados pela diferença entre o

valor de realização e o valor contabilístico do ativo, sendo reconhecidos na demonstração dos resultados.

As depreciações são calculadas segundo o método das quotas constantes, em base duodecimal, ao longo da vida útil estimada do bem, como segue:

	Adquiridos após 2015
Imóveis de serviço próprio	33-60
Equipamento:	
Mobiliário e Material de Escritório	8
Máquinas e ferramentas	6 5
Equipamento informático	3-5
Instalações interiores	5-8
Material de transporte	7
Equipamento de segurança	5-10
Outros equipamentos	8

Os terrenos não são objeto de amortização.

1.4. Outros Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis apenas são reconhecidos quando: (i) sejam identificáveis, (ii) seja provável que dos mesmos adviem benefícios económicos futuros e (iii) o seu custo possa ser mensurado com fiabilidade.

Esta rúbrica comprehende, essencialmente, gastos com a aquisição, desenvolvimento ou preparação para uso de software utilizado no exercício das atividades da PRÓGARANTE.

Os outros ativos intangíveis são registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas.

Quando adquiridos individualmente os ativos intangíveis são reconhecidos ao custo, o qual comprehende (i) o preço de compra, incluindo custos com direitos intelectuais e taxas após a dedução de quaisquer descontos e (ii) qualquer custo diretamente atribuível à preparação do ativo, para o seu uso pretendido.

As amortizações são registadas como gastos do exercício numa base sistemática ao longo da vida útil estimada dos ativos, a qual corresponde a um período de 3 anos.

As despesas com manutenção de software são contabilizadas como gastos do exercício em que são incorridas.

1.5. Imparidade de ativos

A imparidade dos ativos financeiros é calculada segundo o modelo das “perdas de crédito esperadas”, e é aplicada aos instrumentos financeiros detidos cuja mensuração seja ao custo amortizado.

O modelo geral das perdas de crédito esperadas prevê a aplicação de uma abordagem em três etapas (“stage”) para o apuramento da imparidade. Esta abordagem pode ser resumida do seguinte modo:

- Stage 1: os ativos financeiros são classificados em stage 1 sempre que se estime que não se venha a verificar um aumento significativo do risco de crédito desde data do seu reconhecimento inicial. Para estes ativos deve ser reconhecido em resultados do exercício a perda esperada de imparidade de crédito resultante de eventos de incumprimento a ocorrer durante os 12 meses após a data de reporte;
- Stage 2: incorpora os ativos financeiros em que se tenha verificado um aumento significativo do risco de crédito desde data do seu reconhecimento inicial. Para estes ativos financeiros, é realizado um apuramento da perda de crédito esperada e são reconhecidas perdas esperadas de imparidade de crédito ao longo da vida dos activos (“lifetime”);
- Stage 3: os ativos classificados neste stage apresentam na data de reporte evidência objetiva de imparidade, como resultado de um ou mais eventos já ocorridos que resultem numa perda. Neste caso, a perda esperada de imparidade de crédito será reconhecida em resultados do exercício durante a vida residual expectável dos ativos financeiros.

A aplicação do modelo de imparidade depende da ocorrência ou não de um aumento significativo do risco de crédito desde o reconhecimento inicial. Caso o risco de crédito de um instrumento financeiro não tenha aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial, a empresa reconhece uma imparidade acumulada igual à expectativa de perda que se estima poder ocorrer nos 12 meses seguintes. Caso o risco de crédito tenha aumentado significativamente, é reconhecida uma imparidade acumulada igual à expectativa de perda que se estima poder ocorrer até à respetiva maturidade do ativo.

A Sociedade considera que existe um aumento significativo no risco de crédito se o cliente cessar o contrato de fornecimento (por mudança de comercializador) ou se existir evidência objetiva que um ativo financeiro está em imparidade, incluindo os dados observáveis que evidenciam eventos de perda, entre outros: dificuldade financeira significativa do devedor, reestruturação de um valor em dívida à empresa.

Uma vez verificado o evento de perda de crédito, a imparidade acumulada é diretamente



imputada aos saldos em causa. O valor contabilístico do ativo é reduzido e o montante de perdas por imparidade é reconhecido na demonstração dos resultados. Se, num período subsequente, o montante de imparidade diminuir, o montante de perdas por imparidade previamente reconhecido é revertido igualmente na demonstração dos resultados, se a diminuição dessa imparidade estiver objetivamente relacionada com o evento ocorrido após o reconhecimento inicial.

1.6. Caixa e equivalentes de caixa

Esta rúbrica inclui caixa, disponibilidades, e depósitos à ordem em bancos e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco mínimo de variação de justo valor e com maturidades até três meses.

1.7. Impostos sobre lucros

A PRÓGARANTE está sujeita ao Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (Código do IRPC) à taxa de 22% e taxa de incêndio de 2% sobre o imposto apurado, o que corresponde a uma taxa agregada de imposto de 22,44%.

Os prejuízos fiscais são reportáveis por um período de 7 anos após a sua ocorrência e suscetíveis de dedução a lucros fiscais gerados durante esse período, embora sujeitos a um máximo de dedução de 50% do resultado do respetivo exercício.

Os resultados fiscais podem ser revistos pela Administração Fiscal por um período de cinco anos, pelo que os resultados fiscais de 2018 a 2022 podem vir a ser corrigidos.

Impostos correntes

O imposto corrente é calculado com base no lucro tributável do exercício, utilizando a taxa de imposto em vigor à data de relato, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos à matéria coletável resultantes de gastos ou rendimentos não relevantes para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados noutras períodos contabilísticos, e quaisquer ajustamentos aos impostos de períodos anteriores.

Impostos diferidos

O total dos impostos sobre lucros registados em resultados engloba os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos diferidos correspondem ao impacto no imposto a recuperar/pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis entre o valor de balanço dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizada na determinação do lucro tributável.

Os passivos por impostos diferidos são normalmente registados para todas as diferenças temporárias tributáveis, enquanto os ativos por impostos diferidos só são reconhecidos até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam a utilização das correspondentes diferenças tributárias dedutíveis ou de reporte

de prejuízos fiscais.

Adicionalmente, não são registados ativos por impostos diferidos nos casos em que a sua recuperabilidade possa ser questionável devido a outras situações, incluindo questões de interpretação da legislação fiscal em vigor. Os impostos diferidos ativos são revistos anualmente e reduzidos sempre que deixe de ser provável que os mesmos possam ser utilizados.

Para a determinação do imposto diferido é utilizada a taxa de imposto em vigor à data de balanço, ou a taxa que esteja já aprovada para utilização futura, e que se estima que seja aplicável na data da realização dos impostos diferidos ativos ou na data do pagamento dos impostos diferidos passivos.

Havendo, os impostos diferidos são classificados como Não corrente.

1.8. Provisões e passivos contingentes

Uma provisão é constituída quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados relativamente à qual seja provável o futuro dispêndio de recursos, e este possa ser determinado com fiabilidade. O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data de balanço.

As provisões são mensuradas ao valor presente da melhor estimativa da Gestão, quanto aos gastos estimados que são necessários para liquidar a obrigação presente, por referência à data de relato. A taxa de desconto utilizada para determinar o valor presente é uma taxa antes de impostos que reflete as atuais avaliações de mercado do valor temporal do dinheiro, bem como dos riscos inerentes a passivo. O aumento do valor da provisão decorrente da passagem do tempo é reconhecido em juros e encargos similares.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente. Os passivos contingentes são apenas objeto de divulgação, a menos que a possibilidade da sua concretização seja remota.

1.9. Réido – Serviços e comissões

Existem três tipos de receita gerada pela PRÓGARANTE: (i) receita gerada por investimentos financeiros, (ii) a receita gerada por suas operações de garantia (comissões de garantia) e (iii) as outras receitas (especificamente o subsídio do projeto do BM).

As comissões, base 100% de cobertura, que a PRÓGARANTE cobrará pelas garantias de crédito emitidas serão de:

- 1% para as garantias DGT;
- 0,5% para as garantias COVID-19 e Fomento ao Micro Empreendedorismo;
- 2% para as outras garantias (protocolos bilaterais).

A comissão será proporcional à cobertura concedida. Esta comissão será cobrada na cabeça semestralmente para as garantias COVID 19, FME e outras garantias e posticipadamente para as garantias DGT.

1.10. Capital

As ações ordinárias são classificadas no capital próprio. Quando houver, os custos inerentes à emissão de novas ações são apresentados no capital próprio, como uma dedução das entradas de capital.

1.11. Benefícios dos Empregados

As responsabilidades com benefícios dos empregados são reconhecidas de acordo com os princípios estabelecidos pela Norma IAS 19 – “Benefícios dos empregados”. Os prémios de produtividade pagos aos colaboradores pelo seu desempenho, são refletidos em “Custos com pessoal” no período a que respeitam, de acordo com o princípio da especialização de exercícios.

1.12. Gestão de riscos

A PRÓGARANTE entende a sua gestão de riscos como um conceito sistémico e um processo estratégico, que deve ser assumido e realizado por toda a empresa, onde deve identificar, medir e estabelecer mitigadores, processos de monitorização, processos de controlo e processos de avaliação periódica, dos riscos inerentes associados à atividade da empresa, a fim de verificar se os riscos reais estão alinhados com o apetite de risco definido pela empresa.

O Conselho de Administração, consciente de que é uma instituição financeira regulamentada e que os seus produtos de garantia devem ser considerados como mitigantes de risco, de acordo com Basileia, definiu o seu modelo abrangente de gestão de risco de acordo com a dimensão e as suas características-chave do seu negócio e produtos e conforme os seus recursos disponíveis, baseado nos tipos de risco, geralmente definidos pelos padrões internacionais para os esquemas de garantia, a seguir:

a) Risco de mercado

A PRÓGARANTE está a definir ou a conceptualizar o risco de mercado como a perda potencial decorrente de alterações nos fatores de risco que afetam a avaliação das posições do ativo, passivo ou passivo contingente, tais como taxas de juro, taxas de câmbio, cotações de ações, índices de preços, entre outros.

Para o caso dos ativos financeiros, a PRÓGARANTE definiu como política realizar investimentos apenas em renda fixa. Atualmente, os investimentos estão em depósitos a prazo e em obrigações do tesouro. Ou seja, o risco da PRÓGARANTE é praticamente



o risco soberano.

O passivo financeiro da PRÓGARANTE relaciona-se, essencialmente, com o compromisso de recompra dos títulos de Tesouro objeto de contrato REPO, encontrando-se expresso em escudos cabo-verdianos.

Por fim, os seus passivos contingentes pelas coberturas sobre o capital dos créditos garantidos produto das suas garantias emitidas (COVID-19, FME, Ecossistema e Protocolos Bilaterais) são em escudos cabo-verdianos, pelo que a PRÓGARANTE não está exposta a risco de câmbio.

Assim, é o parecer do Conselho de Administração da PRÓGARANTE, que o risco de mercado pode ser definido como baixo e de acordo as políticas definidas.

b) Risco de Garantias

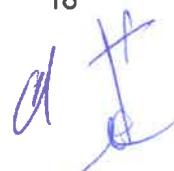
A PRÓGARANTE está a definir o risco de garantias, como a possibilidade de perda produto do incumprimento de créditos garantidos. Concretamente, pelo incumprimento de obrigações contratuais das empresas garantidas com as instituições financeiras.

Para uma apropriada gestão do risco de garantia, e conforme aos padrões das boas práticas e regras do Banco do Cabo Verde, o Conselho da Administração deliberou que o apetite por risco tem de ser superior ao risco do sistema financeiro, para apoiar o acesso ao financiamento. O apetite por risco, fica definido no plano de negócio e no plano de atividades e orçamento anual.

Como a PRÓGARANTE adotou o modelo de carteira, o seu modelo de gestão de riscos definiu, como principais mitigadores nas suas políticas:

- Acompanhamento perto da carteira Garantida. Para o qual utiliza modelos internos de classificação dos créditos garantidos, baseados em Basileia II;
- Ferramentas de *stop loss* com as instituições financeiras, baseados em probabilidades de incumprimento calculadas pelos modelos de classificação internos. Atualmente, a política indica que devem de ser aplicadas limitações à emissão de novas garantias, às instituições financeiras com probabilidade de incumprimento maior 20%.
- Modelos de transferência de riscos, estruturados como contragarantias. Atualmente, toda a carteira dos créditos garantidos para apoio a empresa, ao abrigo dos protocolos COVID-19, FME e Transferência das Garantias concedidas sob protocolo de ecossistema, tem formalmente constituídas contragarantias de estado. Além disso, a PRÓGARANTE tem uma contragarantia líquida, constituída pelas Nações Unidas, para programa Lavanta.

A maior parte da carteira garantida pela PRÓGARANTE tem contragarantias de estado, que significa que a mesma percentagem da carteira tem risco soberano, assim, conforme as regras prudenciais, tem associado valor de recuperação igual a 1 e, conforme Basileia II, perda esperada igual a zero.



c) Risco Operacional (Tecnológico e Legal)

Para a PRÓGARANTE o risco tecnológico e legal corresponde a possibilidade de incorrer em perdas, produto das falhas nos processos e/ou pelas omissões, enganos ou falhas na realização das atividades administrativas e operacionais por as ações tomadas pelo pessoal e/ou pelas deficiências nos sistemas informáticos e tecnológicos e/ou pelas deficiências dos contratos realizados ou atos acometidos que eventualmente signifiquem processos judiciais desfavoráveis e/ou, pelos eventuais acontecimentos inesperados relacionados com a infraestrutura operativa externa.

d) Risco de liquidez

A PRÓGARANTE definiu, conforme os padrões e regras nacionais e internacionais, como risco de liquidez à possibilidade de ter perdas pela ausência dos recursos para cumprir com as suas obrigações assumidas. Em concreto, o risco de perda por o descalce das posições ativas e passivas ou pela ausência de cash ou capacidade para transformar um ativo em cash conforme aos requerimentos dos passivos.

O principal passivo da PRÓGARANTE e o seu passivo contingente ou carteira garantida e, a empresa deve estar preparada para responder atempadamente – conforme ao estabelecido nos contratos com as instituições financeiras – quando uma garantia emitida para uma operação elegível é acionada.

e) Risco de Reputação

A PRÓGARANTE definiu como o seu risco técnico à hipótese de perda produto, da perda de imagens da entidade devido ao incumprimento de leis, regulamentos, normas internas, códigos de governança, códigos de conduta e atrasos e incumprimentos dos compromissos assumidos, entre outros.

Um dos maiores riscos inerentes ao risco reputacional, é que as instituições financeiras podem sentir que não está a funcionar o principal compromisso da PróGarante, pagar as garantias acionadas. Mas temos de ter em conta que o compromisso no contrato com as instituições financeiras é:

"Pagar as garantias acionadas sem mais delongar e de acordo ao estabelecido nos contratos, quando á operação de crédito envolvida é elegível"

O que significa necessariamente um exame de elegibilidade, ou de outra forma, que as instituições são as responsáveis de procurar e manter os documentos comprovativos para comprovar a elegibilidade e a PróGarante é a responsável por verificar a absoluta veracidade e formalidade desses documentos.

A PróGarante tem como os seus principais mitigadores um manual de operações e fichas técnicas onde se definem as condições de elegibilidade, os documentos necessários (com as suas formalidades) e o procedimento para acionar uma garantia. Além disso, tem um programa de reuniões técnicas com as instituições financeiras para análise conjunta dos procedimentos.

1.13. Especialização de exercícios

A PRÓGARANTE regista os seus custos e proveitos de acordo com o princípio da especialização do exercício ou dos acréscimos, segundo o qual os proveitos e custos são reconhecidos / registados à medida que são gerados, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento, ou seja, quando obtidos ou incorridos e distribuídos por período mensais, segundo a regra “pro rata temporis”, quando se trata de operações que produzam fluxos redituais ao longo de um período superior a um mês.

1.14. Estimativas e julgamentos

As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência e outros fatores, designadamente em eventos futuros em que se acredita ser expectável virem a ocorrer de acordo com as circunstâncias atuais.

As estimativas com maior impacto nas demonstrações financeiras da PRÓGARANTE referem-se, essencialmente, à determinação das provisões (ver Nota 13).

NOTA 2 – Disponibilidades em outras instituições de crédito

	mESC		
	2022	2021 Apresentado	2021 Reexpresso
International Investment Bank (IIB)	748 963	1 301	749 571
Banco Cabo verdiano de Negócio (BCN)	6 654	28 502	28 502
Caixa Económica de Cabo Verde (CECV)	585	255 105	255 105
Banco BAI de Cabo verde (BAI)	115	159	159
Banco Comercial do Atlântico (BCA)	96	11 016	11 016
Ecobank	81	1 089	1 089
Banco Interatlântico (BI)	44	237	237
	756 537	297 410	1 045 679

Os depósitos à ordem no IIB compreendem o montante de (i) mESC 8.269 relativos a juros de depósitos a prazo (ver Nota 3) e (ii) mESC 740.000 recebidos no âmbito do contrato REPO (contrato de venda com acordo de recompra dos Títulos de Tesouro) assinado entre a PRÓGARANTE e a IIB em 2021 (ver Notas 7 e 13), o qual havia sido apresentado no Balanço na rubrica de Ativos com acordo de recompra. Conforme referido na Nota 0, visando uma melhor classificação contabilística, o saldo foi reclassificado e apresentado no Balanço na rubrica Disponibilidades em outras instituições de crédito e as demonstrações financeiras do exercício de 2021 foram reexpressas em conformidade (ver Nota 6, 8, 10 e 12).

O referido depósito serve de garantia à operação de recompra dos Títulos de Tesouro por parte da PRÓGARANTE.

A diminuição significativa do saldo à ordem na CECV deve-se à constituição de um

Relatório e Contas: Ano Económico 2022

depósito a prazo na ordem dos mESC 254.000 em 2022 (ver Nota 3).

NOTA 3 – Aplicações em instituições financeiras

O saldo desta rúbrica decompõe-se como segue:

	mESC	
	2022	2021
<u>Depósitos à prazo</u>		
International Investment Bank (IIB)	320.000	320.000
Caixa Económica de Cabo Verde (CECV)	253.861	-
Banco BAI de Cabo verde (BAI)	160.000	160.000
Banco Cabo verdiano de Negócio (BCN)	78.440	-
 Juros a receber	 39.653	 -
	851.953	480.000

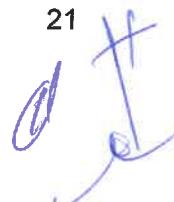
Os depósitos a prazo acima referidos correspondem aos seguintes investimentos (em mESC):

No.	BANCO	VALOR DA APLICAÇÃO	DATA DA CONSTITUIÇÃO	PRAZO	JURO	DATA DO VENCIMENTO
1	BAI	160.000	11-11-2020	1080	3,00%	27-10-2023
1	IIB	160.000	20-04-2021	730	3,00%	20-04-2023
1	IIB	160.000	20-05-2021	730	3,00%	20-05-2023
1	BCN	78.440	01-01-2022	365	1,50%	01-01-2023
1	CECV	253.861	16-06-2022	366	2,50%	16-06-2023
Total		812.301				

Foi efetuada em janeiro de 2022 uma aplicação a prazo no Banco BCN no valor de mESC 78.440, à taxa de 1.5%, com vencimento em 1 de janeiro de 2023.

Em 16 de junho de 2022 a PRÓGARANTE efetuou um depósito a prazo na Caixa Económica de Cabo Verde, no valor de mESC 253.861, à taxa de 2,5%, com vencimento em 16 de junho de 2023.

Os juros de aplicações em instituições financeiras, os quais haviam sido apresentados no Balanço na rubrica de Rendimentos a receber (ver Nota 10), foram reclassificados em 2022 visando a sua melhor classificação, e apresentam a seguinte composição (mESC):



Juros de aplicações em instituições financeiras

International Investment Bank (IIB)	18.708
Banco Angolano de Investimento (BAI)	10.382
Caixa Económica de Cabo Verde (CECV)	9.780
Banco Cabo verdiano de Negócio (BCN)	783
	39.653

NOTA 4 – Devedores e outras aplicações

Em 2021, o saldo desta rubrica apresentava a seguinte composição (mESC):

<i>Devedores e outras aplicações</i>	<i>2021</i>
Unidade de Gestão de Projectos Especiais - UGPE	16.451
Direção Geral do Tesouro	-
Comissão das Garantias por Receber	1.967
Garantias FAMI	514
Outros	352
	19.283

O saldo a receber da Unidade de gestão de projetos especiais (UGPE) resulta dos gastos registados pela PRÓGARANTE e imputados à UGPE, no âmbito do “Access to Finance for MSMEs Project (P163015)” financiado pelo Banco Mundial.

Em 2022, o saldo correspondente foi apresentado na rubrica de Outros ativos do Balanço visando a sua melhor classificação contabilística (ver Nota 11).

NOTA 5 – Outros ativos tangíveis

Os movimentos ocorridos durante os exercícios de 2022 e 2021 na rubrica de Outros ativos tangíveis decompõem-se como segue (em mESC):

Outros Ativos Tangíveis	Equipamentos administrativo	Equipamento de transmissão	Equipamentos de transporte	Outros ativos fixos tangíveis	Total
POSIÇÃO A 1 DE JANEIRO DE 2021					
Valor de aquisição	1.222	120	2.580	-	3.921
Depreciação acumulada	(159)	(48)	(129)	-	(335)
Valor escriturado	1.063	72	2.451	-	3.586
VARIAÇÕES EM 2021					
Valor liquidado Inicial	1.063	72	2.451	-	3.586
Aquisições	1.311	94	647	63	2.115
Depreciação do exercício	(373)	(46)	(518)	(29)	(966)
Valor líquido	2.001	120	2.580	35	4.735
POSIÇÃO A 31 DE DEZEMBRO DE 2021					
Valor de aquisição	2.001	120	2.580	63	4.764
Depreciação acumulada	(561)	(98)	(645)	(29)	(1.332)
Valor escriturado	1.440	21	1.935	35	3.431
VARIAÇÕES EM 2022					
Valor liquidado Inicial	1.440	21	1.935	35	3.431
Aquisições	1.447	121	3.950	-	5.517
Depreciação do exercício	(620)	(21)	(648)	3	(1.286)
Valor líquido	2.267	121	5.237	37	7.663
POSIÇÃO A 31 DE DEZEMBRO DE 2022					
Valor de aquisição	3.448	240	6.530	63	10.281
Depreciação acumulada	(1.180)	(119)	(1.293)	(26)	(2.618)
Valor escriturado	2.267	121	5.237	37	7.663

As adições em 2022 compreendem em (i) Equipamento de transporte, a aquisição de uma viatura ligeira de passageiros e (ii) Equipamentos administrativos, a aquisição de mobiliários de escritório.

NOTA 6 – Ativos com acordo de recompra

Em 2021, o saldo compreendia a aplicação dos Títulos REPO no montante de mESC 740.000, acrescido dos juros das aplicações no IIB no montante de mESC 8.269. Em 2022 o saldo foi objeto de reexpressão (ver Notas 0 e 2).

NOTA 7 – Ativos financeiros detidos para negociação

O saldo em 2021 compreendia, essencialmente, a aplicação em Títulos do Tesouro efetuada no BCN em agosto de 2020 no montante de mESC 38.000 remunerada à taxa de juro de 2,88%, com maturidade de 731 dias e vencimento a 11/08/2022.



NOTA 8 – Ativos financeiros ao custo amortizado

	mESC		
	2022	2021 Apresentado	2021 Reexpresso
Instrumentos de dívida pública			
Títulos de Tesouro - REPO	740 000	-	740 000
	740 000	-	740 000

Títulos de Tesouro - REPO

A PRÓGARANTE celebrou em junho de 2021 um contrato de venda com acordo de recompra (transmissão de Títulos de Tesouro) com o banco IIB, operação denominada REPO (*Repurchase Agreement*).

No âmbito dos contratos REPO, a Sociedade alienou os Títulos de Tesouro pelo preço de compra, correspondente ao depósito de mESC 740.000 efetuado pelo banco IIB (ver Nota 2), mediante a transferência de tais Títulos ao banco IIB durante a vigência dos referidos contratos.

Na data de recompra, conforme estabelecido nos contratos, o Banco revende os Títulos à PRÓGARANTE pelo preço de recompra (ver Nota 14), o correspondente ao preço de compra descontado do valor dos cupões anuais acrescido de um prémio de 25 pontos base.

De acordo com o disposto no IFRS 9, a PRÓGARANTE reconhece os Títulos de Tesouro no Balanço, tendo em conta que, não obstante os contratos de REPO, a Sociedade continua retendo, substancialmente, todos os riscos e benefícios decorrentes da propriedade do ativo financeiro. Assim, procedeu a reexpressão das demonstrações financeiras de 2021 em conformidade (ver Notas 0 e 14).

NOTA 9 – Ativos por imposto sobre o rendimento/ Ativos por imposto corrente e Passivos por imposto corrente

	mESC		
	2022	2021 Apresentado	2021 Reexpresso
Ativos por imposto sobre o rendimento	-	3.275	-
Ativos por imposto corrente	-	1.819	-
	-	5.094	-
Passivo por imposto corrente			
Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Coletivas - IRPC	2.774	3.599	3.599
	2.774	3.599	3.599

Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Coletivas

O saldo de mESC 2.774 a pagar resulta do encargo corrente do imposto sobre o rendimento no montante de mESC 8.125 evidenciado na demonstração dos resultados líquidos, deduzido do crédito da retenção na fonte no valor de mESC 57 referente aos 20% sobre os juros das aplicações à prazo e os pagamentos fracionados no montante de mESC 5.294, calculados como segue:

Os saldos devedores, em 2021, advêm da apresentação incorreta do imposto na Demonstração de Resultados por naturezas. Os referidos saldos foram objeto de reexpressão em 2022 (ver Nota 0).

	Designação	2.022	2.021
RAI		50.073	38.261
Modelo 1B (Acrescimos)		709	442
30% gastos depreciação viatura ligeiras (art.30º, nº 1, alº a)		194	155
30% gastos combustíveis (art.30º, nº 1, alº a)		48	39
30% gastos conservação e reparação viatura ligeiras (art.30º, nº 1, alº a)		3	3
30% gastos seguros viatura ligeiras (art.30º, nº 1, alº a)		28	24
30% gastos com estacionamento viatura ligeiras (art.30º, nº 1, alº a)		18	12
50% despesas de representação (art.30º, nº 1, alº d)		208	89
Correções Relativas a Periodos Anteriores (art.24º, nº2)		210	120
Modelo 1B (Deduções)		14.664	4
Correções Relativas a Periodos Anteriores (art.24º, nº2)		4.336	4
Majoração com gastos de eletricidade e água		228	0
Majoração com gastos com formações		100	0
Benefícios fiscais- Aumento de capital		10.000	0
1 - Lucro tributável		36.117	38.699
3 - Materia Colectável		36.117	38.699
4 - Tributações autónomas		208	89
Encargos dedutíveis de despesas de representação		208	89
5 - IRPC Corrente/Estimado (3*22%)		22%	7.946
6 - Retenção de terceiros		-57	-3.275
7- Pagamentos fracionados		-5.294	-1.819
8 - Tributações autónomas (4*10%)		21	9
9 - Imposto de incêndio (5*2%)		159	170
Total do Imposto a pagar (IRPC+ TA+ Imposto Incendio)		2.774	3.599
Taxa efetiva de imposto		15,9%	22,2%



Apurou-se uma poupança em IRPC no valor de mESC 2.318, derivado dos benefícios fiscais relativos a majoração com aumento de capital, gastos com formações e gastos com electricidade e água.

O saldo de mESC 8.125 (2021: mESC 8.693 reexpresso) evidenciado na rubrica Imposto sobre o rendimento do período da Demonstração dos resultados por naturezas compreende mESC 7.946 referente ao encargo do exercício com o referido imposto (2021: mESC 8.514), acrescido das tributações autónomas e do imposto de incêndio no valor de mESC 21 e mESC 159, respetivamente (2021: mESC 9 e mESC 170, respetivamente).

O saldo do imposto sobre o rendimento apresentado no montante de mESC 3.599 foi reexpresso para mESC 8.693, sendo a diferença de mESC 5.094 registada por contrapartida das rubricas Ativos por impostos sobre o rendimento e ativos por impostos correntes (ver Nota 0). Assim, o resultado líquido apresentado em 2021 encontrava-se sobrevalorizado pelo mesmo montante.

NOTA 10 – Rendimentos a receber

Em 2021, esta rúbrica apresentava a seguinte composição:

	mESC	
	2021	2021
	Apresentado	Reexpresso
Juros de aplicações em instituições financeiras		
International Investment Bank (IIB)	8.976	8.976
Banco Angolano de Investimento (BAI)	5.582	5.582
Juros de outros créditos e valores a receber		
Títulos de Tesouro - REPO	8.459	-
Títulos de Tesouro	1.517	1.517
	24.534	16.075

Em 2022, o saldo correspondente aos juros de aplicações em instituições financeiras foi apresentado na rubrica de Aplicações em instituições financeiras, visando a sua melhor classificação contabilística (ver Nota 11).

Adicionalmente, em 2022, de acordo com o exposto no IFRS 9, os juros referentes aos Títulos de Tesouro objeto do contrato de REPO, no montante de mESC 31.482 (2021: mESC 8.459), foram reclassificados e apresentados no Balanço na rubrica Credores e outros recursos, a deduzir ao preço de recompra dos referidos títulos (ver Nota 14), e as demonstrações financeiras do exercício de 2021 foram reexpressas em conformidade (ver Nota 0).

NOTA 11 – Outros ativos

	mESC	
	2022	2021
Outros devedores		
Unidade de Gestão de Projectos Especiais - UGPE	12.075	-
Direção Geral do Tesouro	9.673	-
Comissão das Garantias por Receber	3.778	-
Garantias FAMI	700	-
Outros	5.065	-
 Outros ativos	 8.919	 8.871
	40.209	8.871

Em 2021, os saldos de Outros devedores encontravam-se apresentados na rubrica Devedores e outras aplicações (ver Nota 4).

O saldo a receber da UGPE em 31 de dezembro de 2022 compreende a remuneração do pessoal e outros custos com pessoal (mESC 8.838), os honorários dos serviços de consultoria (mESC 3.030) e as rendas do escritório (mESC 207), acumulados à data do balanço.

O saldo de mESC 9.673 a receber da Direção Geral do Tesouro compreende o acionamento das garantias com contragarantias do Estado de Cabo Verde.

NOTA 12 – Credores e outros recursos

Em 2021, esta rúbrica apresentava a seguinte composição:

	2021	2021
	Apresentado	Reexpresso
Operações de venda com acordo de recompra		
Titulos	-	740 000
Rendimentos a receber		
Juros e rendimentos Similares - Título de Tesouro	-	(8 459)
	-	731 541
Outros credores		
Projeto Banco Mundial	547 803	547 803
Credores por acréscimo de gastos	7 325	7325
BTOC Consulting	202	202
BAI CENTER - Sociedade Unipessoal S.A	876	876
Retenção IRPS e Desconto INPS	39	39
Outros fornecedores	352	352
Remuneração do Pessoal	892	892
Consultoria Banco Mundial	14 771	14 771
	570 476	1 302 017

Operações de venda com acordo de recompra

Conforme referido na Nota 8, em conformidade com o disposto no IFRS 9, a PRÓGARANTE reconhece o compromisso assumido de recomprar os Títulos de Tesouro na maturidade dos contratos de REPO, pelo preço de recompra, o correspondente ao preço de compra descontado do valor dos cupões anuais acrescido de um prémio de 25 pontos base.

Assim, em 31 de dezembro de 2021, o montante de mESC 731.541 compreende o preço de compra no montante de mESC 740.000 depositado no IIB (ver Nota 2), deduzido do valor dos cupões anuais e do prémio especializado até à data do balanço pelo montante total de mESC 8.459.

Em 2022, o saldo correspondente foi apresentado na rubrica de Outros passivos do Balanço visando a sua melhor classificação contabilística (ver Nota 14).

Projeto Banco Mundial

Em 2021, compreendia o subsídio recebido do Banco Mundial, no montante de mESC 547.803 destinado ao aumento do capital da Sociedade. O saldo transitado de 2021, acrescido dos recebimentos no exercício de mESC 29.841, foram utilizados, em 2022, para o aumento do capital social da PRÓGARANTE (ver Nota 15).

NOTA 13 – Provisões

O montante mESC 19.198 corresponde ao cálculo dos riscos sobre garantias concedidas. As provisões correspondem aos valores da perda esperada do saldo vivo da carteira ou garantias emitidas.

O cálculo das provisões, pela carteira garantida, está baseado num modelo de classificação interna para a Gestão de Risco da PRÓGARANTE, conforme estabelecido pela Basileia II.

O Modelo de Classificação Interna para a Gestão de Risco da PRÓGARANTE está baseada no estabelecido pela Basileia II, em que:

$$PE = P(I) * (1-P(R))$$

Sendo:

PE : Perda Esperada do crédito garantido

P(I) : Probabilidade de Incumprimento do crédito garantido

P(R) : Probabilidade de Recuperação do crédito garantido

A P(I) de cada crédito garantido é calculada de acordo com a seguinte tabela de classificações:

Regular	Atraso			
	1-30 dias	31-60 dias	61-90 dias	> 90 dias
	1%	25%	50%	90%
				100%

A probabilidade de recuperação, P(R), é considerada 1 quando existem contragarantias de Estado, ou algum fundo líquido na conta da PRÓGARANTE, e é considerada 0 para qualquer outra contragarantia real ou pessoal. A probabilidade de recuperação pode ter um valor maior que 0 se existe uma garantia hipotecária ligada à operação garantida.

Assim, o cálculo da provisão de um crédito garantido, P, é:

$$P \text{ crédito} = (\text{Saldo Vivo}) \text{ crédito} * PE \text{ crédito}$$

Por fim, a provisão total da carteira corresponde à soma das provisões dos créditos garantidos: Provisão Total = $\sum P \text{ crédito}$

No mapa a seguir mostra-se, por instituição financeira, a sua carteira total, carteira constituída pelas garantias emitidas pela PRÓGARANTE com os seus diferentes produtos (COVID-19, FME, Ecossistema e Bilateral e o retoma), número de operações em atraso, probabilidade de incumprimento e perda esperada (calculadas conforme o modelo de classificação acima indicado).

Em 2022, esta rubrica tem a seguinte composição (em CVE):

Garantias Emitidas Vigentes					Total Garantias Vigentes	
Linha COVID-19		Tansitadas Ecossistema	Contragarantia do Estado	Protocolo Bilateral	Retoma	
C-19	FME	CVE	CVE	CVE	CVE	CVE
1 540 328	397 038	383 769	2 321 135	378 706	642 265	3 342 107

CECV	984	668 755 657	533	236 266 968	5 525 507
BCA	607	1 424 477 625	20	34 053 394	5 332 664
BI	107	377 237 553	14	20 938 091	626 050
BAICV	92	394 246 699	8	8 595 004	3 874 898
BCN	50	282 037 366	4	10 180 374	400 450
IIB	16	40 368 804	3	1 738 901	1 434 809
Ecobank	16	123 973 560	3	9 094 862	0
Garantia Seguros	2	30 443 974	1	24 112 672	1 438 664
Fami-Picos	1	565 334	1	565 334	565 334
	1 875	3 342 106 572	587	345 545 599	19 198 374



O aumento do saldo face ao exercício anterior de mESC 9. 951 resulta da atualização dos riscos, à data do balanço, sobre garantias concedidas.

NOTA 14 – Outros Passivos

Em 2021, os saldos correspondentes encontravam-se apresentados na rubrica de Credores e outros recursos (mESC 1.302.017 reexpressos) (ver Nota 12) e Receitas com rendimento diferido (mESC 340).

	2022
<i>Operações de venda com acordo de recompra</i>	
Títulos	740 000
<i>Rendimentos a receber</i>	
Juros e rendimentos Similares - Título de Tesouro	(31 482)
	708 518
<i>Outros credores</i>	
Projeto Banco Mundial	-
BAI CENTER - Sociedade Unipessoal S.A	277
Consultoria Banco Mundial	4 998
Remuneração dos membros do CA	420
Remuneração do Pessoal	4 122
Credores por acréscimo de gastos	175
Retenção IRPS e Desconto INPS	444
Outros fornecedores	712
Remunerações a pagar	2 702
Outros	1 144
	715 269

Em 31 de dezembro de 2022, o montante de mESC 708.518 compreende o preço de compra no montante de mESC 740.000 depositado no IIB (ver Nota 2), deduzido do valor dos cupões anuais e do prémio especializado até à data do balanço pelo montante total de mESC 31.482.

NOTA 15 – Capital

Os movimentos registados em 2022 e 2021 nesta rubrica encontram-se evidenciados na Demonstração de Alterações no Capital Próprio.

O capital social em 2022 e 2021, integralmente realizado, está representado por mESC

966.414 e 1.550.000 ações, respetivamente, com o valor nominal de 1.000 CVE cada e é detido integralmente pelo Estado de Cabo Verde.

Em 2022 foi deliberado em Assembleia Geral, de agosto e setembro, o aumento de capital, sendo (i) mESC 34.606 e mESC 543.038, por incorporação dos fundos oriundos do Banco Mundial (ver Nota 13) e (iii) mESC 5.942, em setembro de 2022, por incorporação de reserva disponível, tendo sido cumpridas as exigências estabelecidas no artigo 255º do Código das Sociedades Comerciais.

A rubrica de Outros instrumentos de capital representa o fundo conta garantia, recebido em novembro de 2021, para o Programa Lavanta. O fundo é financiado pelo mecanismo de Financiamento Rápido RFF do PNUD no âmbito do INFF (Integrated National Finance Framework), que tem como objetivo proporcionar a alavancagem de financiamento junto da banca comercial de projetos inovadores liderados por jovens e mulheres.

De acordo com os estatutos, 10% do resultado líquido anual deverá ser afeto à constituição da Reserva legal até que se atinja, no mínimo, 20% do capital social.

O saldo da rubrica Reserva legal e resultados transitados em 2022 compreende reservas legais de mESC 39.104 (2021: mESC 54). Em 2021, compreendia mESC 15.424 de resultados transitados, transferidos para reserva legal em 2022.

As reservas legais só podem ser utilizadas para (i) cobrir a parte do prejuízo registado no balanço de cada exercício que não possa ser coberta pela utilização de outras reservas, (ii) cobrir os prejuízos transitados de exercícios anteriores que não possam ser cobertos pelo lucro do exercício nem pela utilização de outras reservas e (iii) incorporação no capital estatutário.

O resultado líquido reexpresso do exercício de 2021, no valor de mESC 29.568, foi transferido para Reservas Legais.

NOTA 16 – Juros e rendimentos similares

Os juros e rendimentos similares representam os juros resultante das aplicações efetuadas em diversas instituições de créditos no país (ver Notas 3 e 7).

NOTA 17 – Outras comissões recebidas

Esta rúbrica tem a seguinte composição (em mESC):

Outras comissões recebidas	2022	2021
Por garantias Garantias		
Garantias	22 212	29 228
	22 212	29 228

As comissões por garantias são calculadas numa base anual e consideram-se devidas imediatamente após a prestação do serviço de garantia parcial.

NOTA 18 – Outros rendimentos e receitas operacionais

A rúbrica de outros rendimentos e receitas operacionais apresentam em detalhe o seguinte (em mESC):

Outros rendimentos e receitas operacionais	2022	2021
Subsídio do Banco Mundial	30 761	27 160
Correções relativas a períodos anteriores	4 336	4
	35 097	27 165

Subsídios do Banco Mundial

O saldo reflete os gastos incorridos pela PRÓGARANTE e imputados à UGPE no âmbito do projeto do Banco Mundial “Access to Finance for MSMEs Project (P163015)”. Em 2022, apresenta a seguinte decomposição (em mESC):

	2022
Subsídio Banco Mundial	
Honorários Consultoria (ver Nota 19)	20.963
Remunerações do pessoal (ver Nota 20)	7.091
Rendas do escritório (ver Nota 19)	2.481
Outros Custos Com pessoal (ver Nota 20)	226
	30.761

Correções relativas a períodos anteriores

Relacionam-se com o reconhecimento, em 2022, dos juros corridos respeitantes a aplicação na CECV (ver Nota 3) referentes ao exercício anterior.

NOTA 19 – Gastos gerais administrativos

A rúbrica de gastos gerais administrativos apresenta em detalhe o seguinte (em mESC):

Gastos gerais administrativos	2022	2021
Serviço de Consultoria	21 397	22 934
Renda de escritório	2 481	2 481
Publicidade	2 036	409
Serviço de Contabilidade	1 210	1 210
Deslocação e estadas e representação	1 065	1 107
Água, energia e combustíveis	921	716
Serviço de Assessoria Jurídica	907	776
Serviço de Auditoria	828	843
Outros serviços especializados	447	46
Prémio por incumprimento	434	434
Subsídios de Natal e Férias	434	434
Impressos e material de consumo corrente	377	84
Comunicação e despesas de expediente	250	3 034
Outros	354	330
Serviço de Assessoria	290	48
INPS	247	651
Correções dos anos anteriores	210	120
Formações	200	-
Serviço de informática	133	71
Outros fornecimento de terceiros	99	54
Seguros	92	81
Aluguer de estacionamento privado	62	46
Material de higiene e limpeza	50	116
Outros alugueres	45	-
Limpeza, higiene, segurança e conforto	23	-
Conservação e reparação	9	11
Equipamento de baixo valor	10	52
Outros serviços de terceiros	2	-
Serviço de contencioso e notariado	1	0
Assessoria em comunicação	-	121
	34 612	36 209

Em 2022, os gastos gerais administrativos apresentam um total de mESC 34.612, registando uma diminuição acumulada de 4%, face ao período homólogo, devido, essencialmente, à diminuição verificada na rubrica de comunicação e despesas de expediente que contempla as despesas bancárias e demais rubricas como a de assessoria em comunicação, material de escritório e serviço consultoria.

Os Serviços de Consultoria contemplam, essencialmente, os honorários do consultor Andrés Bernal, no montante de mCVE 20.963, financiado pelo projeto do Banco Mundial “Access to Finance for MSMEs Project (P163015)”, pelo que saldo de igual montante encontra-se registado em Outros rendimentos e receitas operacionais (ver Nota 18).

NOTA 20 – Gastos com pessoal

A tabela abaixo apresenta os gastos com os órgãos de gestão e o pessoal da PRÓGARANTE:

Gastos com pessoal	2022	2021
Remunerações		
Remunerações dos órgãos de gestão	2.993	2.004
Remunerações do pessoal	5.729	186
Encargos sociais obrigatório	868	30
Outros Custos Com pessoal	20	16
Estimativa de prémio de produtividade	-	5.940
	9.611	8.175
Número de colaboradores	10	4

Os gastos com pessoal referem-se aos gastos com as remunerações do pessoal e as remunerações dos membros do Conselho da Administração da PRÓGARANTE e das componentes variáveis a que têm direito segundo a classificação das remunerações das empresas do sector público empresarial (nos termos do nº 7 do artigo 27º do Decreto-lei nº 6/2010 de março).

O aumento de gastos com o pessoal face ao exercício anterior deve-se essencialmente ao aumento do número de trabalhadores e à atualização salarial.

O montante de mESC 7.317 dos gastos com o pessoal foram financiados pelo Banco Mundial, pelo que saldo de igual montante encontra-se registado em Outros rendimentos e receitas operacionais (ver Nota 18).

A estimativa de prémio de produtividade em 2021 no valor de mESC 5.940 foi em 2022 anulada e registada em Outros resultados de exploração, por ser indevido.

NOTA 21 –Resultado por ação básico

O resultado por ação básico é calculado dividindo o lucro atribuível ao acionista pelo número de ações, como segue:

	2022	2021 Apresentado	2021 Reexpresso
Resultado Líquido do exercício (mESC)	41.947	34.663	29.568
Número médio ponderado de ações/ nº de ações em 2021	1.163.827	966.414	966.414
<u>Resultado por ação básico / Resultados Diluidos por ação (ESC)</u>	<u>36</u>	<u>36</u>	<u>31</u>

Em 2022, o número médio ponderado de ações foi calculado tendo em conta o aumento de capital em agosto e setembro de 2022 em mESC 34.606 e mESC 548.980, respetivamente (ver Nota 15).

NOTA 22 – Partes relacionadas

A PRÓGARANTE é detida 100% pelo Estado, tendo também como partes relacionadas, todas as entidades/empresas associadas, assim como acionistas e as instituições envolvidas, nomeadamente a PRÓEMPRESA, PRÓCAPITAL e a UGPE – Unidade de Gestão de Projetos Especiais.

Em 2022 e 2021, os saldos apresentados no Balanço com partes relacionadas referem-se exclusivamente ao saldo a receber da UGPE, conforme segue (em mESC):

	2022 (ver Nota 11)	2021 (ver Nota 4)
UGPE- Unidade de Gestão de Projetos Especiais	12.075	16.451

Não existem transações com os Administradores.

As remunerações dos Administradores incluídas na rubrica de Gastos com o pessoal ascendem a mESC 2.993.

NOTA 23 – Responsabilidades e compromissos financeiros não incluídos no Balanço

Existem três tipos de receita gerada pela PRÓGARANTE: (i) receita gerada por investimentos financeiros, (ii) a receita gerada por suas operações de garantia (comissões de garantia) e (iii) as outras receitas (especificamente o subsídio do projeto do BM).

As comissões, base 100% de cobertura, que a PRÓGARANTE cobrará pelas garantias de

crédito emitidas serão de:

- 1% para as garantias DGT;
- 0,5% para as garantias COVID-19 e Fomento ao Mico Empreendedorismo;
- 2% para as outras garantias (protocolos bilaterais).

A comissão será proporcional à cobertura concedida. Esta comissão será cobrada na cabeça semestralmente para as garantias COVID 19, FME e outras garantias e posticipadamente para as garantias DGT.

No caso de contragarantias para as companhias de seguros, a comissão corresponderá a uma percentagem do prêmio de risco que a seguradora cobra ao cliente. O percentual do prêmio é equivalente à cobertura da contragarantia, nesse caso, a cobrança do prêmio será na cabeça.

A carteira constituída pelas garantias emitidas pela PRÓGARANTE com os seus diferentes produtos (COVID-19, FME, Ecossistema e Bilateral e o retoma), tem a seguinte composição:

Garantias Emitidas Vigentes						Total Garantias Vigentes
Linha COVID-19		Tansitadas Ecossistema	Contragarantia do Estado	Protocolo Bilateral	Retoma	
C-19	FME	CVE	CVE	CVE	CVE	CVE
1 540 328	397 038	383 769	2 321 135	378 706	642 265	3 342 107

NOTA 24 – Divulgações exigidas por diplomas legais

As remunerações dos membros dos órgãos sociais e auditores decompõe-se como segue:

	2022	2021
Administradores	2.258	1.584
Fiscal único	315	420
Conselho Fiscal	420	-
Auditores	720	843
	3.713	2.847

NOTA 25 – Eventos subsequentes

Desde a data do fecho de contas até esta data não se verificou qualquer acontecimento que possa influenciar significativamente as Demonstrações Financeiras apresentadas ou que mereça menção nas Notas.



Praia, 18 de maio de 2023

Relatório e Contas: Ano Económico 2022

Membros do conselho de Administração

Presidente do Conselho Administrativo

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Antónia Maria Resende Cardoso', is placed over a dotted line.

/ Antónia Maria Resende Cardoso /

Administrador Executivo

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Andres Rodolfo Bernal Espinosa', is placed over a dotted line.

/ Andres Rodolfo Bernal Espinosa /

Administrador não executivo

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Edney Samir Sanches Cabral', is placed over a dotted line.

/ Edney Samir Sanches Cabral /

PRÓGARANTE - SOCIEDADE DE GARANTIA PARCIAL DE CRÉDITOS, S.A

Sede: Edifício BAI Center - Rotunda Chã D'Areia - Praia - Cabo Verde

NIF: 380934302

DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Valores expressos em milhares de escudos - mESC)

Rubricas	Notas	Data de referência		
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2021
		Valores	Apresentado	Reexpresso
ATIVO				
Disponibilidade em outras instituições de crédito	2	756 537	297 410	1 045 679
Aplicações em instituições financeiras	3	851 953	480 000	480 000
Devedores e outras aplicações	4	-	19 283	19 283
Outros activos tangíveis	5	7 663	3 431	3 431
Outros activos intangíveis		371	371	371
Ativos com acordo de recompra	6	-	748 269	-
Ativos financeiros detidos para negociação	7	-	42 292	42 292
Ativos financeiros ao custo amortizado	8	740 000	-	740 000
Ativos por imposto sobre o rendimento	9	-	3 275	-
Ativos por imposto corrente	9	-	1 819	-
Rendimentos a receber	10	-	24 534	16 075
Despesas com encargo diferido		-	68	68
Outros ativos	11	40 209	8 871	8 871
		2 396 734	1 629 623	2 356 070
PASSIVO				
Passivos por impostos correntes	9	2 774	3 599	3 599
Credores e outros recursos	12	-	570 476	1 302 017
Provisões	13	19 198	9 247	9 247
Receitas com rendimento diferido		-	340	340
Outros passivos	14	715 269	966	966
		737 241	584 628	1 316 169
CAPITAL				
Capital	15	1 550 000	966 414	966 414
Reserva legal e resultados transitados		39 104	15 478	15 478
Outros instrumentos de capital		28 441	28 441	28 441
Resultado do exercício	21	41 947	34 663	29 568
		1 659 492	1 044 995	1 039 901
		2 396 734	1 629 623	2 356 070
Total de passivo + capital próprio				

O Contabilista certificado

Éder Patrick Cardoso Lisboa



Inscrito na OPACC

Cédula Profissional nº 0483

NIF: 109457927

O Conselho de Administração,

Presidente

Antónia Maria Resende Cardoso

Administrador Executivo

Andrés Rodolfo Bernal Espinosa

Administrador Não Executivo

Edmey Samir Sanches Cabral

PRÓGARANTE - SOCIEDADE DE GARANTIA PARCIAL DE CRÉDITOS, S.A

Sede: Edifício BAI Center - Rotunda Chã D'Areia - Praia - Cabo Verde

NIF: 380934302

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 1 DE JANEIRO DE 2022 E 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E

1 DE JANEIRO DE 2021 E 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Valores expressos em milhares de escudos - mESC)

Rubricas	Notas	Período		
		2022	2021	2021
		Valores	Apresentado	Reexpresso
Juros e rendimentos similares	16	46 210	36 328	36 328
Juros e encargos similares		(2 861)	(1 431)	(1 431)
		43 349	34 898	34 898
Outras comissões recebidas	17	22 212	29 228	29 228
Outros rendimentos e receitas operacionais	18	35 097	27 165	27 165
Outros encargos e gastos operacionais		(1 042)	-	-
Outros resultados de exploração	20	5 940	-	-
		105 555	91 290	91 290
Gastos gerais administrativos	19	(34 612)	(36 209)	(36 209)
Gastos com pessoal	20	(9 611)	(8 175)	(8 175)
Outros gastos		(5)	(2)	(2)
Gastos/Reversões de depreciação e Amortizações	5	(1 303)	(997)	(997)
Provisões líquidas de Reposição e Anulações	13	(9 951)	(8 090)	(8 090)
Reversões de Provisões líquidas de Reposição e Anulações		-	444	444
		50 073	38 261	38 261
Imposto sobre o rendimento do período	9	(8 125)	(3 599)	(8 693)
		41 947	34 663	29 568
Resultado Líquido	21			

O Contabilista certificado

Éder Patrick Cardoso Lisboa



Inscrito na OPACC

Cédula Profissional nº 0483

NIF: 109457927

O Conselho de Administração,

Presidente

Antónia Maria Resende Cardoso

Administrador Executivo

Andrés Rodolfo Bernal Espinosa

Administrador Não Executivo

Edney Samir Sanches Cabral

PRÓGARANTE - SOCIEDADE DE GARANTIA PARCIAL DE CRÉDITOS, S.A

Sede: Edifício BAI Center - Rotunda Chã D'Areia - Praia - Cabo Verde

NIF: 380934302

DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL

PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 1 DE JANEIRO DE 2022 E 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E

1 DE JANEIRO DE 2021 E 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Valores expressos em milhares de escudos - mESC)

Rubricas	Notas	Período		
		2022	2021	2021
		Valores	Apresentado	Reexpresso
Resultado Líquido do exercício	21	41 947	34 663	29 568
Reavaliação de ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral		-	-	-
Rendimento Integral		41 947	34 663	29 568

O Contabilista certificado

Éder Patrick Cardoso Lisbos



Inscrito na OPACC

Cédula Profissional nº 0483

NIF: 109457927

O Conselho de Administração,

Presidente

Antónia Maria Resende Cardoso

Administrador Executivo

Andrés Rodolfo Bernal Espinosa

Administrador Não Executivo

Edney Samir Sanches Cabral

DEMONSTRAÇÃO DE ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO
PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 1 DE JANEIRO DE 2022 E 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E
1 DE JANEIRO DE 2021 E 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Valores expressos em milhares de escudos - mESC)

POSIÇÕES NO INÍCIO DO PERÍODO DE 2021	1	Notas	Capital realizado	Outros instrumentos de capital	Reserva legal e resultados transitados	Resultado líquido do período	Total do capital próprio
ALTERAÇÕES REFERENTES A RENDIMENTOS E GASTOS RECONHECIDOS NO PERÍODO			966 414	-	15 478	-	981 892
Resultado líquido do período			-	-	29 568	29 568	
Outras alterações reconhecidas no capital próprio			-	28 441	-	28 441	
OPERações COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO			28 441	-	29 568	58 009	
OPERações COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO							
Aumento de Capital			-	-	-	-	
OUTRAS OPERAÇÕES							
Aplicação dos Resultados do período anterior			-	-	-	-	
POSIÇÕES NO FIM DO PERÍODO DE 2021 REEXPRESSO			3	-	-	-	
POSIÇÕES NO INÍCIO DO PERÍODO DE 2022			4	-	-	-	
ALTERAÇÕES REFERENTES A RENDIMENTOS E GASTOS RECONHECIDOS NO PERÍODO			1 + 2 + 3 + 4	15	966 414	28 441	15 478
Resultado líquido do período			-	15	966 414	28 441	15 478
Outras alterações reconhecidas no capital próprio			-	15	966 414	28 441	15 478
RESULTADO EXTENSIVO			1	15	966 414	28 441	29 568
OPERações COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO							
Aumento de Capital			-	-	-	41 947	41 947
OUTRAS OPERAÇÕES							
Aplicação dos Resultados do período anterior			-	-	-	577 644	577 644
POSIÇÕES NO FIM DO PERÍODO DE 2022			2	-	-	41 947	41 947
			3	583 586	(5 942)	-	
			4	583 586	(5 942)	-	
			1 + 2 + 3 + 4	15	1 550 000	28 441	39 104
						41 947	1 659 492

O Contabilista certificado
 Éder Patrick Cardoso Lisboa


BIBC
 NIF: 280 646 156

Inscrito na OPACC

Cédula Profissional n.º 0483
 NIF: 109457927

O Conselho de Administração,
 Presidente


 Antónia Maria Resende Cardoso

Administrador Executivo

Andrés Rodolfo Bernal Espinosa

Administrador Não Executivo


 Edney Samir Sanchis Cabral

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA
 PERÍODO COMPREENDENDO ENTRE 1 DE JANEIRO DE 2022 E 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E
 1 DE JANEIRO DE 2021 E 31 DE DEZEMBRO DE 2021
 (Valores expressos em milhares de escudos - mESC)

Rubricas	PERÍODO			
	Notas	2022	2021	2021
	Valores	Apresentado	Reexpresso	
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Recebimentos de clientes		11 986	20 900	20 900
Pagamentos a fornecedores		(6 282)	(5 175)	(5 175)
Pagamentos ao pessoal		(9 756)	(2 356)	(2 356)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	Caixa gerada pelas operações	(4 031)	13 369	13 369
Outros recebimentos/pagamentos		(8 980)	(6 403)	(6 403)
	Fluxos do caixa das atividades operacionais (1)	21 710	304 747	304 747
		8 728	311 712	311 712
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO				
Pagamentos respeitantes a:				
Outros Ativos tangíveis		(5 537)	(28)	(28)
Investimento financeiro		(342 301)	(510 000)	(510 000)
Recebimentos provenientes de:				
Investimento financeiro		48 861	330 389	1 078 658
Juros e rendimentos similares		1 107	14 611	14 611
	Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)	(297 871)	(165 028)	583 242
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Recebimentos provenientes de:				
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio		-	-	-748 269,50
Recursos de outras instituições financeiras		-	-	
Pagamentos respeitantes a:				
Juros e gastos similares		-	380 971	380 971
Outras operações de financiamento		-	(3 555)	(3 555)
	Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)	-	(250 000)	(280 000)
		127 416	127 416	
Variacão de caixa e seus equivalentes (1+2+3)				
Caixa e seus equivalentes no inicio do periodo - Reexpresso		(289 142)	274 400	1 022 370
Caixa e seus equivalentes no final do periodo		2	1 045 679	23 309
		756 537	297 410	1 045 679
O Conselho de Administração,				
Presidente				
Éder Patrick Cardoso Lisboa				
Antónia Maria Resende Cardoso				
Administrador Executivo				
Andrés Rodolfo Bernál Espinosa				
Cédula Profissional n.º 0483				
NIF: 109457927				
O Contabilista certificado				
Edney Sami Santos Cabral				
NIF 255 646 196				
Inscrito na OPACC				
Cédula Profissional n.º 0483				
NIF: 109457927				